



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Distrito Federal - SJDF

EDITAL N. 3

A juíza federal coordenadora do Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dra. DANIELE MARANHÃO COSTA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Código de Processo Civil, bem como nas Resoluções 125, do CNJ, de 29/11/2010, com redação alterada pelas Emendas 1/2013 e 2/2016, 398, do CJF, de 4/5/2016, e 31 do TRF/1ª Região, de 7/10/2015, republicada em 4/12/2015, torna pública a abertura de inscrições para o Processo Seletivo de Conciliador Voluntário da Justiça Federal, atendidas as seguintes condições:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo será composto das seguintes etapas:

1.1.1. Inscrição.

1.1.2. Entrevista pessoal.

1.1.3. Participação com aproveitamento em curso de capacitação em técnicas de solução de conflitos.

1.2. As vagas limitam-se a 20 (vinte) candidatos, que serão classificados segundo a ordem de inscrição e os conhecimentos teóricos e práticos avaliados de acordo com os critérios estabelecidos neste edital.

1.3. Fica reservada 1 (uma) vaga destinada a pessoas com deficiência, observado o limite legal mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que venham a surgir durante o período de vigência da seleção, cuja deficiência se compatibilize com a realização das atribuições de Conciliador na Justiça Federal, observados os termos do Decreto 3.298/1999.

1.3.1. Remanescendo vaga reservada a pessoa com deficiência, ela reverterá a candidato sem deficiência, observando-se a respectiva ordem de inscrição.

1.4. O conteúdo programático do curso está descrito no Anexo I.

1.5. A atividade do Conciliador Voluntário está descrita no Anexo II.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE CONCILIADOR NA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

2.1. Graduação em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo MEC.

2.2. Noções de informática.

2.3. Reputação ilibada.

2.4. Aproveitamento no curso de capacitação regulado por este edital, incluído o período do estágio supervisionado.

2.5. Inscrição no cadastro de conciliadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

2.6. O candidato deverá ter disponibilidade para realizar as conciliações no período vespertino.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições serão gratuitas e realizar-se-ão no período de 2 a 13/1/2017, prorrogável a critério da Administração.

3.2. As inscrições deverão ser realizadas por meio eletrônico, mediante o envio ao *e-mail* conciliador.df@trf1.jus.br de ficha de inscrição, devidamente preenchida, que se encontra no Anexo III do presente edital e disponível no sítio desta Seccional (www.jfdf.jus.br).

3.3. Se o candidato for advogado, deverá assinalar a opção de declaração de que não exerce, ou deixará de exercer, atividade inerente à advocacia perante a Seção Judiciária do Distrito Federal.

3.4. Se for servidor público integrante do quadro de pessoal da Justiça Federal da 1ª Região, deverá assinalar a opção de ciência de que, não lotado em unidade de conciliação, somente poderá atuar como conciliador voluntário fora do período da regular jornada de trabalho em sua unidade de lotação.

3.5. Se for deficiente, deverá indicar espécie e grau/nível da deficiência, informando o código correspondente à Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID).

3.6. As informações prestadas no formulário de inscrição, com as devidas atualizações, são de inteira responsabilidade do candidato, sendo passível de exclusão do processo seletivo aquele que fornecer dado comprovadamente inverídico.

3.7. A atualização dos dados informados na inscrição poderá ser enviada ao *e-mail* conciliador.df@trf1.jus.br.

4. DA ENTREVISTA

4.1. Os candidatos inscritos, dentro do número de vagas, deverão comparecer ao Centro Judiciário de Conciliação, situado no endereço: SEPN Quadra 510, Lote 08 Bloco C – edifício Sede III, em dia e horário a serem agendados e previamente comunicados aos participantes por *e-mail*.

4.2. A entrevista será realizada entre os dias 16 e 18 de janeiro de 2017.

4.3. A entrevista será conduzida pela juíza federal coordenadora do Centro Judiciário de Conciliação, ou por servidor por ela designado, podendo, se necessário, ser acompanhado por psicólogo. Essa entrevista tem o objetivo de avaliar se o candidato apresenta qualificação compatível com a atividade conciliatória.

4.4. Será eliminado o candidato que deixar de comparecer à entrevista.

5. DA CONVOCAÇÃO PARA O CURSO DE CAPACITAÇÃO

5.1. A lista de classificados para participar da 1ª etapa do Curso de Capacitação (parte teórica) será divulgada, por meio eletrônico, bem como afixado nos murais de informação da Seção Judiciária do Distrito Federal, até dia 20/1/2017.

5.2. Serão convocados a participar do Curso de Capacitação os 20 (vinte) primeiros inscritos e classificados, preenchido os requisitos deste edital.

5.3. Os candidatos habilitados deverão apresentar, em local, data e horário a serem divulgados, original e fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Identidade, CPF e título de eleitor;
- b) Comprovante de residência;
- c) Diploma ou certificado de conclusão do curso;
- d) Certidões das distribuições criminais das Justiças Estadual e Federal do local de domicílio do candidato;
- e) Termo de adesão e compromisso, assinado, de prestação de serviço voluntário por, no mínimo, 16 (dezesesseis) horas mensais,

durante 1 (um) ano, no Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal- Cejud/DF, com prazo a ser computado após a data de publicação de sua designação como conciliador.

6. DA CAPACITAÇÃO

6.1. A capacitação será composta de curso teórico e prática supervisionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas de aulas teóricas, três a cinco exercícios simulados e 60 (sessenta) horas de estágio supervisionado, de caráter obrigatório.

6.2. O curso teórico será ministrado no período de 24/1 a 9/3/2017, das 14h às 18h, às terças e quintas-feiras, no Centro Judiciário de Conciliação – Cejud/DF, situado no SEP/DF Quadra 510, Lote 08, Bloco C, Subsolo – edifício Sede III.

6.3. O módulo prático será realizado nas dependências da Seção Judiciária do Distrito Federal e será agendado previamente com cada um dos candidatos conforme a disponibilidade do candidato e necessidade do Cejud/DF.

6.3.1. No módulo prático, o candidato aplicará o aprendizado teórico em casos reais, sob supervisão, desempenhando, necessariamente, 3 (três) funções: a) observador, b) conciliador, e c) conciliador.

6.4. O curso será ministrado e supervisionado por magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região, habilitados como instrutores em conciliação pelo CNJ, com conteúdo programático constante no Anexo I do presente edital.

6.5. Será reprovado no curso de capacitação o candidato que não cumprir a carga horária de 100% do curso e da prática supervisionada, bem como for considerado inapto pelos instrutores e juíza coordenadora.

6.6. Será automaticamente reprovado o candidato que não concluir o estágio no prazo de 1 (um) ano a contar do final do curso teórico.

6.7. Será reprovado o conciliador em formação que faltar injustificadamente a 3 (três) sessões seguidas ou alternadas.

6.8. O candidato aprovado no curso receberá o certificado de capacitação como conciliador, e será designado e inscrito no Cadastro de Conciliadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para atuar na Seção Judiciária de Distrito Federal.

6.8.1. A atuação do conciliador em outra unidade de conciliação da Justiça Federal da 1ª Região fica condicionada à prévia autorização e

cadastro, nos termos do art. 6º, § 7º, da Resolução Presi 31/2015, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

7. DO RESULTADO

7.1. Após a conclusão do curso de capacitação e da atividade prática supervisionada, haverá a avaliação individual do candidato, sendo-lhe atribuído o resultado APTO ou NÃO APTO.

7.2. O resultado será divulgado, por meio do sítio www.jfdf.jus.br, bem como pelo e-mail informado na ficha de inscrição.

8. DO RECURSO

8.1. Contra a decisão que considerar o candidato NÃO APTO, o interessado pode interpor recurso à juíza federal coordenadora do Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal, que o julgará a até 5 (cinco) dias após o término do prazo recursal.

8.2. Da decisão da juíza federal coordenadora que apreciar o recurso mencionado no item anterior não cabe novo recurso.

8.3. Transcorrido o prazo recursal e após a decisão dos recursos interpostos, será divulgada a lista final dos candidatos habilitados por meio do sítio www.jfdf.jus.br, bem como pelo e-mail informado na ficha de inscrição.

9. DA CERTIFICAÇÃO

9.1. O certificado de conclusão do curso de capacitação como conciliador será emitido pela Coordenação do Centro Judiciário de Conciliação - Cejud/DF.

9.2. Somente será conferido certificado de capacitação em conciliação àquele que concluir satisfatoriamente o curso de capacitação em suas duas etapas (módulo teórico-prático e estágio supervisionado).

9.3. O conciliador certificado somente poderá atuar nas unidades de conciliação da Justiça Federal da 1ª Região após ser designado e inscrito no Cadastro de Conciliadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

10.1. O Certificado de atuação de conciliador constitui título para fins de contagem de tempo de atividade jurídica, conforme preconizam a Resolução 75/2009, do Conselho Nacional de Justiça, e a Resolução 40/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como pode

conceber pontuação na prova de títulos nos concursos dos tribunais regionais federais, nos termos do art. 1º, § 7º, da Resolução n. 32/2008, do Conselho da Justiça Federal.

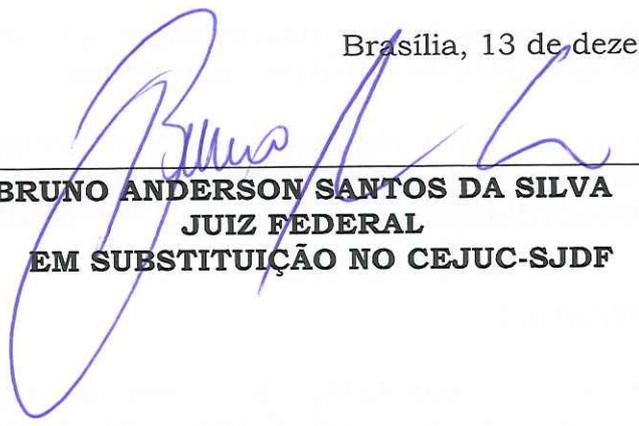
10.2. O conciliador terá cobertura de seguro de acidentes pessoais custeado pela Justiça Federal.

10.3. A inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das condições estabelecidas neste edital das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.4. A seleção simplificada não se equipara à modalidade de concurso público, mesmo porque não se destina ao provimento de cargo público, sendo inaplicáveis as regras e princípios alusivos a tal procedimento seletivo.

10.5. Os casos omissos serão resolvidos pela juíza federal coordenadora do Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal/CEJUC/DF.

Brasília, 13 de dezembro de 2016



BRUNO ANDERSON SANTOS DA SILVA
JUIZ FEDERAL
EM SUBSTITUIÇÃO NO CEJUC-SJDF

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O curso básico de conciliação para a Justiça Federal deve ser lecionado de forma que o discente vivencie as técnicas e os procedimentos aplicáveis à solução consensual de conflitos para, progressivamente, incorporá-los a sua atuação cotidiana.

1. Módulo teórico-prático (40 horas)

I - Panorama da conciliação (2 horas)

- a. Conceito
- b. Escopo da conciliação nos juizados especiais federais e em varas cíveis
- c. Breve histórico da conciliação
- d. Âmbito de atuação do conciliador
- e. Espectro de processos de resolução de disputas
- f. Cultura da paz e política pública de acesso à Justiça

II - Fundamentação teórica (4 horas)

- a. Teoria dos jogos e/ou teoria da comunicação
- I - Premissas conceituais da autocomposição
- b. Moderna teoria do conflito
- I. Conflitos destrutivos e construtivos
- II - Reflexos da moderna teoria do conflito na conciliação
- c. Teoria de negociação
- I - Negociação distributiva e negociação integrativa
- II - Negociação posicional e negociação baseada em interesses

III - Apresentação à conciliação (10 horas)

- a. Conceito. Conciliação e mediação - distinções

- b. Papéis, orientações, atribuições e características do conciliador
- c. Benefícios da conciliação
- d. Atuação do conciliador no Poder Judiciário
- e. Conciliabilidade
- f. Áreas de utilização da conciliação
- I- Especificidades da conciliação em matéria previdenciária
- II- Especificidades da conciliação em desapropriações
- III- Especificidades da conciliação no Sistema Financeiro de Habitação
- IV- Especificidades da conciliação envolvendo o Sistema Único de Saúde
- V- Especificidades da conciliação envolvendo execução fiscal
- VI- Especificidades da conciliação envolvendo improbidade administrativa
- g. Treinamento de advogados públicos e prepostos

IV - Teoria e prática da conciliação (20 horas)

- a. Fases / Estruturas da conciliação
- I- Atividades pré-processuais e processuais ("o que fazer" em cada fase da conciliação)
- II- Ações ("como fazer" em cada fase da conciliação)
- III- Resultados pretendidos para cada fase da conciliação
- b. Agentes da conciliação
- c. Procedimento de conciliação
- I- Fases do procedimento: orientações prévias (ou preparo para a conciliação - inclusive treinamento de prepostos), declaração de abertura, reunião de informação, esclarecimento da lide sociológica, resolução de questões e elaboração do termo (ou prática conciliatória equivalente)
- II- Identificação de questões, interesses e sentimentos (ou prática conciliatória equivalente)
- III- Ferramentas da mediação que podem ser utilizadas na conciliação

IV- Abordagens para ultrapassar barreiras à conciliação

V- Competências autocompositivas

V- Princípios formadores da conciliação (4 horas)

a. Código de ética

b. Confidencialidade e seus limites

2. Estágio supervisionado (60 a 100 horas)

2.1. O estágio supervisionado compreende a realização de, no mínimo, dez conciliações completas, com casos reais, supervisionadas por conciliadores judiciais, observando-se, em qualquer caso, que a duração do estágio deverá ser de, no mínimo, 60 horas.

2.2. O conciliador em formação deverá atuar em três diferentes posições no exercício da conciliação: duas como observador, duas como conciliador adjunto e seis como conciliador.

2.3. Para cada conciliação, o conciliador em formação deverá gerar um relatório do trabalho realizado e da experiência vivida, para acompanhamento do instrutor.

2.4. Ao final do estágio, o instrutor em formação deverá apresentar relatório consolidado de conclusão do estágio supervisionado, para cada aluno acompanhado.

ANEXO II ATIVIDADES DO CONCILIADOR

Cabe ao conciliador inscrito no Cadastrado de Conciliadores do TRF1, regularmente designado mediante portaria, promover a conciliação entre as partes, em matérias específicas, e a redução a termo de acordos a serem homologados, sob a supervisão da Coordenação do Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal (Cejud/DF), observadas as seguintes disposições:

I- O conciliador deve observar o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (Anexo III da Resolução n. 125/CNJ, 29/11/2010), sob pena de exclusão do cadastro e impedimento para atuar como conciliador;

II- O conciliador atuará na solução consensual de conflitos, mediante a realização de sessões e audiências de conciliação, com o fito de auxiliar e estimular a autocomposição;

III- Constitui dever do conciliador observar os princípios da independência, imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada;

IV- O conciliador judicial é considerado auxiliar da Justiça e, nessa condição, está sujeito aos mesmos impedimentos e suspeição impostos aos demais auxiliares de acordo com as atribuições estabelecidas pelas normas de organização judiciária;

V- O conciliador deve atuar respeitando a livre autonomia dos interessados, inclusive no que tange às regras procedimentais;

VI- O conciliador poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem;

VII- O conciliador tem o dever de sigilo inerente a suas funções, não poderá divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação;

VIII- A confidencialidade deverá ser observada em todo o curso do procedimento. O teor das informações obtidas não deverá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes;

IX- O conciliador, se advogado, está impedido de exercer a advocacia nos juízos em que desempenhe suas funções;

X- O conciliador ao atuar deve revelar às partes, antes de iniciar a sessão/audiência, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação a sua imparcialidade, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas;

XI- O conciliador, em caso de impedimento, comunicará imediatamente à coordenadora do Cejud, e esta providenciará a redistribuição do feito;

XII- Se apurado o impedimento quando já iniciado o procedimento, a sessão/audiência será interrompida, lavrando-se ata com certidão do ocorrido e solicitando-se a redistribuição para outro conciliador;

- XIII- Será excluído do cadastro o conciliador que agir com dolo na condução da audiência/sessão de conciliação, bem assim quando atuar em procedimento de conciliação, mesmo sabendo-se impedido ou suspeito;
- XIV- O conciliador fica impedido, pelo prazo de 1 (um) ano, contado da última audiência em que atuou como conciliador, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes;
- XV- O servidor integrante do quadro de pessoal da Justiça Federal da 1ª Região, ressalvado o servidor lotado em unidades de conciliação, não pode atuar como conciliador durante o seu horário regular de trabalho em sua unidade de lotação;
- XVI- A carga horária mensal mínima é de 16 (dezesesseis) horas, sendo dever do conciliador permanecer na unidade até o encerramento da pauta de audiência que lhe cabe;
- XVII- A atividade de conciliador será exercida gratuitamente, sem nenhum vínculo funcional, empregatício, contratual ou afim, vedada qualquer espécie de remuneração, sendo assegurados, porém, os direitos, prerrogativas e deveres previstos em lei;
- XVIII - A prestação do serviço voluntário como conciliador será atestada por certidão fornecida pela juíza coordenadora do Cejud, com indicação das datas de início e término de sua atuação, podendo ser considerada como título e/ou atividade jurídica para fins de concurso público, de acordo com o respectivo edital e, no caso da magistratura e do ministério público nacionais, nos termos da Resolução CNJ 75/2009 e da Resolução CNMP 40/2009, respectivamente;
- XIX - Aplica-se à atividade de conciliador a Lei n. 9.608, de 18/2/1998, que trata do serviço voluntário.

ANEXO III
FICHA DE INSCRIÇÃO

1. Nome	
2. Formação acadêmica (curso – instituição – ano de conclusão)	
3. Documento de identidade (informar número, expedidor e data de expedição)	
4. CPF	5. Título de eleitor (informar número, zona e seção)
6. Endereço completo (informar CEP)	
7. E-mail(s)	
8. Telefones	Residencial:
	Celular:
	Comercial:
9. Profissão atual (informar empregador e cargo/função) () Advogado: DECLARO que não exerço, ou deixarei de exercer acaso selecionado, atividade inerente à advocacia perante a Seção Judiciária do Distrito Federal. () Servidor da Justiça Federal da 1ª Região: DECLARO ESTAR CIENTE de que, não estando lotado em unidade de conciliação, acaso selecionado somente poderei atuar como conciliador voluntário fora do período da regular jornada de trabalho em minha unidade de lotação - _____.	
10. Experiência profissional/estágios (indicar até 3) _____ _____ _____	
11. O que motiva sua candidatura a Conciliador(a) Voluntário(a)?	
13. É pessoa com deficiência? () NÃO () SIM Qual? _____ CID? _____.	

IMPORTANTE:

1) Leia com atenção e preencha todos os campos

2) O candidato deverá preencher este formulário e encaminhar para o e-mail secon.df@trf1.jus.br

